
SER Social

TRINTA ANOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Brasília, v. 21, n. 44, janeiro a junho de 2019

A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista: implicações ao Serviço Social

**The Conservative Growth and the Neodevelopmentalist Project:
Social Work Implication**

Suélien Bezerra Alves Keller¹

Resumo: O presente artigo tem como propósito analisar as repercussões profissionais do projeto neodesenvolvimentista para o Serviço Social, levando em consideração que a atual fase aponta para o crescimento do conservadorismo. Trata-se de um estudo realizado através de pesquisa teórico-bibliográfica, arrimado na análise histórico-materialista da realidade. Buscou-se discutir o que representou o neodesenvolvimentismo no contexto

¹ Assistente Social Judiciária no Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul (TJRS), lotada na Comarca de Viamão/RS. Doutoranda em Serviço Social, na linha Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui mestrado acadêmico em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialização em Direito das Famílias pela Universidade Regional do Cariri (Urca) e graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Leão Sampaio (Unileão). E-mail: suelenalvess@hotmail.com.

político-econômico brasileiro, problematizar seu possível esgotamento e analisar quais foram as repercussões profissionais dessa conjuntura para o Serviço Social, diante da ascensão do conservadorismo. Concluiu-se que muitos desafios se apresentam ao cotidiano de assistentes sociais, que só poderão ser superados por meio da criação de estratégias de enfrentamento e resistência, bem como da utilização e produção de conhecimento crítico.

Palavras-chave: Serviço Social; neodesenvolvimentismo; conservadorismo; trabalho profissional.

Abstract: This article aims to analyze the professional repercussions of the neodevelopmental project for the Social Work, taking into account that the current phase points to the growth of conservatism. It is a study carried out through theoretical-bibliographical research, based on the historical-materialist analysis of reality. It was sought to discuss what represented the neodevelopment in the Brazilian political-economic context, to problematize its possible exhaustion and to analyze what were the professional repercussions of this conjuncture for the Social Work, before the rise of conservatism. It was concluded that many challenges arise in the daily life of social workers, which can only be overcome through the creation of coping and resistance strategies, as well as the use and production of critical knowledge.

Keywords: Social Work; neodevelopment; conservatism; professional work.

Acontecimentos políticos recentes e o Serviço Social brasileiro: reflexões introdutórias

A conjuntura brasileira, nos últimos anos, tem trazido elementos preocupantes para os rumos da formação, atuação profissional e produção de conhecimento em Serviço Social, o que significa o aumento de desafios postos à hegemonia dos valores que legitimam a profissão. Esta problematização expressa o tema central do presente artigo, que tem como principal objetivo analisar as repercussões profissionais do neodesenvolvimentismo para o Serviço Social, levando em consideração que a atual fase de transição aponta para o crescimento do conservadorismo.

O campo das políticas sociais, espaço privilegiado de atuação do assistente social, passou por um processo de contrarreformas² no

2 Segundo Behring (2003), no campo das políticas sociais, houve uma verdadeira “contrarreforma”, que subordinou os direitos sociais à política econômica mundial e difundiu nas

mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, que reduziu as possibilidades de garantias trabalhistas, de efetivação de direitos e ainda subordinou o país à lógica do mercado internacional. Esse quadro foi prolongado durante os últimos três governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores, ainda que este o tenha feito através de estratégias diferenciadas e mais próximas do social-liberalismo (CASTELO, 2012).³ Para o Serviço Social, algumas possíveis repercussões desse panorama foram uma formação universitária flexível, aligeirada e mercantilizada, uma atuação tecnicista no mercado de trabalho, e uma produção de conhecimento superficial, fragmentada e relativizada.

Como resposta à intervenção dos capitais internacionais a partir da década de 1980 nos países periféricos, os governantes da América Latina, nos anos 2000, chegaram ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e com estratégias alternativas de desenvolvimento, que propunham a conciliação entre crescimento econômico e proteção social. No Brasil, o projeto neodesenvolvimentista⁴ se fortaleceu a partir do segundo mandato do governo de Lula (2007-2010), com a proposição de se criar um projeto nacional de desenvolvimento que articulasse os objetivos do mercado a uma agenda social.

políticas sociais o trinômio neoliberal da focalização, privatização e descentralização.

3 Castelo (2012) afirma que o social-liberalismo é uma tentativa política e ideológica das classes dominantes de dar respostas às várias tensões provenientes do acirramento das expressões da “questão social” e da luta da classe trabalhadora. Para o autor, nessa revisão ideológica do neoliberalismo, a “questão social” torna-se novamente alvo de intervenção das classes dominantes, numa tentativa de acoplar uma agenda social ao projeto neoliberal.

4 Segundo Boito Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo do período do capitalismo neoliberal. O neodesenvolvimentismo constitui-se na proposta de retomada do “desenvolvimento” em países da América Latina, após o esgotamento do projeto neoliberal e a crise gerada pelo aumento do desemprego, da miséria e da concentração de renda. Foi essa proposta que deu sustentação à política de crescimento econômico e transferência de renda levada a efeito nos governos Lula e Dilma. Segundo Mattei (2011), três grupos de intelectuais pensaram o novo-desenvolvimentismo no Brasil: o primeiro está situado na Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, liderado por Bresser-Pereira; o segundo é o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o terceiro está ligado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde a inserção desse debate passou a ocorrer mais sistematicamente a partir de 2006/2007, e foi liderado pelo então presidente do Instituto, Marcio Pochmann.

Em tom de crítica, Sampaio Jr. (2012) descreve que neodesenvolvimentismo é um termo vago utilizado para caracterizar os desafios para o desenvolvimento nacional latino-americano, diante da sua situação de dependência. Para ele, o termo é usado como estratégia de diferenciação dos governos petistas do período em que Fernando Henrique governou o país, e não como uma doutrina que orientou efetivamente a ação do Estado. A ideia de que o governo petista iria implantar um projeto que modificasse radicalmente a relação entre Estado, mercado e população empobrecida, não vingou do modo esperado pelas esquerdas. A grande contradição que se colocou foi que, aquele governo, comprometido com os suprimentos das necessidades do mercado e de algumas demandas sociais, acabou por reforçar a continuidade das bases neoliberais já postas na realidade brasileira. Exemplo disso são a continuidade da superexploração do trabalho pelo capital e a privatização de órgãos públicos (como é o caso dos hospitais universitários, administrados hoje pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. (EBSERH).

Aqui não se pretende afirmar, de forma exígua, que o neodesenvolvimentismo reduz-se ao neoliberalismo. Pelo contrário, as mudanças levadas a cabo pelo governo petista são muito diferentes daquelas neoliberais, quando se observa o investimento em políticas de transferência de renda, aquecimento do mercado interno e empenho na redução das desigualdades sociais. No entanto, o fato das camadas populares terem maiores possibilidades de acesso ao consumo não faz com que elas deixem de ser inseridas de forma precária no mercado de trabalho, o que Alves (2014, p. 12-13) chama de “precarização do trabalho”,⁵ nem permitem que elas tenham serviços públicos de melhor qualidade.

Assim, a proposta neodesenvolvimentista carregou em si um viés que pode ser considerado conservador,⁶ na medida em que gerou endividamento da população, invisibilização dos movimentos

5 Alves (2014), utilizando o conceito de Mészáros de “precarização estrutural do trabalho” afirma que a precarização do trabalho não se reduz em termos salariais, mas incorporou a “precarização existencial” e a “precarização do homem-que-trabalha”.

6 Compreendendo o conservadorismo como posição política de manutenção da ordem econômica, política e institucional. Conforme Alves (2014), no neodesenvolvimentismo,

sociais, legalizou a informalidade e disseminou a desqualificação da formação profissional em diversas áreas. A falta de identificação do trabalhador empobrecido com sua classe foi um dos elementos que mais fortaleceu o conservadorismo na cena contemporânea. O governo, apoiado pela mídia, passou a disseminar a ideia da “nova classe média”, na medida em que a população pauperizada passou a se inserir no mercado de consumo.

Não bastassem os desafios enfrentados pelos defensores dos direitos sociais durante o período neodesenvolvimentista, o seu esgotamento, marcado pela queda da presidenta Dilma através do *impeachment* (leia-se *golpe*⁷), evidenciou a ofensiva de um conservadorismo moral com grande força política. O pensamento conservador se constitui enquanto um fenômeno situado na história da sociedade capitalista, e manifesta-se, sobretudo, por uma forte resistência a mudanças que, de alguma forma, representem ameaças às instituições, às tradições e à ordem e pela invisibilidade das necessidades do outro, que devem subjugar suas diferenças aos costumes hegemônicos, já que a desigualdade seria natural e necessária. Despudoradamente, nos tempos atuais, estão sendo disseminadas propostas de retrocessos, reproduzidos preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e naturalizadas.

Com a queda da presidenta Dilma Rousseff e tomada de posse definitiva de Michel Temer, a esquerda tem se posicionado criticamente contra o “golpe”, o que repercutiu, inclusive, em uma contraditória defesa da orientação petista no momento atual. O conservadorismo, enquanto expressão político-ideológica, tem tentado promover um fenômeno antidialético de “congelamento da história”, visando impedir mudanças que possam alterar de forma significativa a reali-

os ditames da economia de mercado são preservados e o Estado permanece sendo o responsável pela manutenção e aumento da acumulação de capital.

7 Cf. **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil organizado por Jinkings, Doria e Cleto (2016), **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado, de Jessé Souza (2016) e **2016, o ano do golpe**, organizado por Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (2016).

dade posta, o que vai de encontro às tentativas de construção de novas formas de sociabilidade pelos segmentos sociais mais arrojados.

Para Lowy (2016), pelo fato da democracia representar um custo muito alto para o Estado, para o capital financeiro e para as classes dominantes, a política capitalista tem tomado medidas de exceção e adotado métodos como o golpe para manter a continuidade das políticas neoliberais. Conforme o autor, o que ocorreu no Brasil configura-se como um golpe “pseudolegal”, supostamente dentro do Estado de direito, mas com repercussões desfavoráveis no âmbito dos direitos sociais.

Um equívoco comum ao tratar de conservadorismo é remeter-se à generalização e uniformização do conceito nos vários períodos históricos. O conservadorismo só pode ser caracterizado de modo uniforme em sua gênese, quando representa uma reação às transformações burguesas levadas a cabo pela Revolução Francesa, em 1789, com o pensamento de Edmund Burke (1729-1797). Na contemporaneidade, o conservadorismo é um fenômeno heterogêneo, com inúmeras nuances internas, em cada realidade onde ele é vivenciado. Preocupar-se com o conservadorismo na atualidade é concordar com Boulos, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, após o primeiro turno das eleições de 2014 (2016, p. 29), ao referir que o que acontece no Brasil contemporâneo trata-se de uma onda conservadora “não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita”.

Em virtude desses desafios postos na atual conjuntura, o projeto ético-político da profissão, comprometido com os direitos humanos e sociais, com a ampliação da democracia e com a qualificação das políticas públicas, encontra-se ameaçado ou, como diria Braz (2007), “em xeque”, tendo em vista que está em um contexto de disputa entre vários projetos societários. Nos últimos governos – neodesenvolvimentistas – houve uma ampliação de direitos no âmbito das políticas sociais e, concomitantemente, uma abertura maior de campos de trabalho para o assistente social. Contraditoriamente, é possível que, para a profissão, tenha havido perdas nas questões acadêmicas, no debate teórico, na intervenção profissional

e na organização interna da categoria, que se vê pulverizada com a crise da formação e do exercício do Serviço Social.

O artigo tratará, dessa forma, sobre o quadro observado na materialidade cotidiana do trabalho profissional de assistentes sociais e no contexto político brasileiro, buscando esclarecer algumas repercussões do projeto neodesenvolvimentista e do conservadorismo contemporâneo para a profissão do Serviço Social. Em um primeiro momento da exposição, apresenta-se um panorama geral do quadro sociopolítico brasileiro, ao tratar sobre o trajeto iniciado durante o primeiro governo Lula e suas repercussões nos planos político, econômico e social do Brasil, bem como seu esgotamento e concomitante ascensão do conservadorismo.

Na segunda parte do artigo, busca-se tratar brevemente sobre as relações entre tal quadro político e a profissão do Serviço Social. Os acontecimentos desencadeados desde as últimas eleições – avanço de um conservadorismo político e reacionário e, por último, derrubada da presidenta Dilma Rousseff – também trouxeram repercussões para o Serviço Social. Desvendar esses rebatimentos é importante para compreender a profissão na cena contemporânea, apontar tendências e construir estratégias diante dos novos desafios que se colocam aos assistentes sociais.

Durante o período neodesenvolvimentista, o Serviço Social – como categoria profissional – fez uso de duras críticas a muitas medidas conservadoras arquitetadas pelo governo. Ainda assim, foram reconhecidas as mudanças nas vidas das populações usuárias das políticas sociais com quem os assistentes sociais trabalham, o que repercutiu em uma participação massiva de assistentes sociais na defesa dos direitos conquistados e das políticas vigentes.

Entender este quadro é importante para a profissão do Serviço Social, tendo em vista que as principais diretrizes sobre as quais os assistentes sociais atuam na contemporaneidade são provenientes de medidas adotadas a partir do projeto neodesenvolvimentista; ainda, no que se refere às propostas educacionais implantadas nos últimos governos, a profissão teve seu quadro profundamente modificado quando da formação de assistentes sociais por meio de cursos a

distância. E diante da recente ofensiva conservadora reacionária, em qual direção o Serviço Social irá rumar? Constata-se que o Serviço Social é forjado por metamorfoses que se conectam com as transformações da realidade, provenientes tanto das insistentes estratégias de manutenção do capitalismo quanto das lutas e resistências que se constroem em meio ao contraditório contexto.

O neodesenvolvimentismo e a crescente ofensiva conservadora

Ocorrida principalmente na década de 1990 no cenário brasileiro, a experiência dita neoliberal fez com que o Estado passasse por um amplo processo de privatização e atuasse como organizador e gestor indireto da atividade econômica. Essa configuração do papel do Estado estava vinculada à pretensão de, supostamente, lhe dar maior eficiência, pois o seu tamanho seria um entrave ao desenvolvimento.

A instauração do neoliberalismo como política de governo na América Latina, a partir da década de 1980,⁸ foi a saída para a crise capitalista instaurada. Diferentemente do período liberal, a presença do Estado foi fundamental no contexto neoliberal. Segundo Hobsbawm (1995, p. 401), “[...] a maioria dos governos neoliberais era obrigada a administrar e orientar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças do mercado”. A redução com gastos no campo social e a privatização de organismos públicos representaram parte da estratégia política que repercutiu profundamente nos direitos das classes trabalhadoras.

As consequências para o campo social foram sentidas com o crescimento do desemprego (estrutural, pois aqueles empregos jamais retornariam) e da desigualdade social. O alto investimento em maquinaria como forma de substituição do trabalho humano, a prática do livre-mercado e o crescente número de indústrias instaladas nos países periféricos, geraram dependência e pobreza, de um lado, e acumulação e riqueza, de outro. Esse foi um período de instabilidade e crise capitalista, no qual ocorreu a queda dos Estados

8 Com exceção ao Chile, que, nesse momento, já tivera vivido a experiência de livre mercado. (HOBSBAWM, 1995).

nacionais, a derrocada do sistema socialista e iniciou-se a construção de pilares para uma nova era, feita de incertezas e desafios.

No Brasil, com a crise do neoliberalismo⁹ ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, Lula chega ao poder em 2003 com uma proposta diversa. Este apresenta um modelo de desenvolvimento que alinhava crescimento econômico com menor desigualdade, resgatando o papel do Estado e demandando maior eficiência de suas instituições, mudando estrategicamente sua relação com o mercado.

Surge o ideário do “novo desenvolvimentismo”¹⁰ na América Latina, no contexto de crise capitalista, como uma estratégia de desenvolvimento nacional para os países periféricos, tendo como pilar a associação entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Tratava-se de uma nova proposta para autonomia dos Estados nacionais, na defesa de um desenvolvimento autossustentável tanto no aspecto econômico, quanto no social. Segundo seu defensor Bresser-Pereira (2009), trata-se de um terceiro discurso, entre a “esquerda burocrático populista”, representada por setores “arcaicos” de esquerda, e a “ortodoxia convencional”, representada por elites mantenedoras do neoliberalismo. Seu principal objetivo seria melhorar substancialmente os padrões distributivos do país através da intervenção do Estado na economia e no âmbito social.

Neodesenvolvimentismo foi, portanto, o termo cunhado para designar o projeto político iniciado pelo governo Lula (2003-2010), mantido pela presidenta Dilma (2011-2016), o qual se constituiu na esteira da crise do neoliberalismo até então vigente, a par de manter os pilares da economia de mercado. Conforme Giovanni Alves (2014, p. 136-139), o neodesenvolvimentismo pode ser compreendido na qualidade de um modelo de desenvolvimento capitalista, compro-

9 O neodesenvolvimentismo surge diante do esgotamento das estratégias neoliberais de manutenção da ordem capitalista. Contudo, o novo modelo mantém ainda alguns elementos que podem ser considerados de cunho neoliberal.

10 O termo “novo desenvolvimentismo” é o usado por Bresser-Pereira na defesa do que ele acreditava ser uma nova fase de desenvolvimento para o Brasil, que articularia desenvolvimento capitalista com equidade social. O termo neodesenvolvimentismo é o mais usado dentre os analistas críticos do recente fenômeno particularmente vivenciado na economia e na política brasileiras.

metido em estabelecer um novo patamar de acumulação de capital, tendo o Estado o papel de redistribuir renda ao mesmo tempo em que amplia o mercado de consumo, garantindo suportes mínimos de existência à classe trabalhadora mais pobre.

Na proposta neodesenvolvimentista, o Estado assume a função de liderar um conjunto de instituições e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico, por vezes corrigindo o mercado e propondo uma melhor distribuição de renda. É necessário ainda que haja um “consenso” interno que reúna empresários, trabalhadores, funcionários governamentais e profissionais de classe média em torno do objetivo comum que é, em primeira instância,¹¹ o desenvolvimento. Conforme Bresser-Pereira:

De acordo com o novo desenvolvimentismo, um governo será eficaz em termos econômicos se for capaz de promover o crescimento econômico e uma distribuição mais igualitária de renda pela adoção de políticas econômicas e reformas institucionais que sejam orientadas, sempre que possível, para o mercado, mas, muitas vezes, corrigindo-o; em outras palavras, um governo eficaz aumenta a capacidade do Estado e a eficiência dos mercados, no âmbito de uma estratégia nacional de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 98)

Ainda na defesa do novo desenvolvimentismo, o autor afirma que essa proposta prevê a formação e instauração de um Estado nação forte, que seja capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento como objetivo político comum aos indivíduos e famílias que formam a nação. O autor defende a ideologia do nacionalismo para a afirmação de um Estado nacional, onde as várias classes sociais consigam ser solidárias quando se trata de competir internacionalmente, ainda que existam conflitos que as separem.

Pochmann (2010), autor também dedicado a estudar possibilidades de desenvolvimento para o Brasil, afirma que se deve apontar

11 Bresser-Pereira (2009) afirma que “[...] outros objetivos, como liberdade e justiça social, também são fundamentais para as nações, mas, assim como o Estado e o capitalismo, surgem tendo o desenvolvimento econômico como parte de sua lógica, de sua forma intrínseca de ser”. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 83)

para a defesa das atividades produtivas com redistribuição de renda e riqueza, acompanhada de um processo de democratização das estruturas de poder, produção e consumo. Para ele, “[...] Mesmo que a convergência entre segmentos tão heterogêneos seja de difícil viabilidade política, isso não parece significar, necessariamente, a sua impossibilidade prática num ambiente tão hostil à organização regulada do capital produtivo e à estruturação de políticas universais de proteção social”. (POCHMANN, 2010, p. 122).

Contudo, aqui se considera que, ao se falar de novo desenvolvimentismo, discute-se sobre mais um suporte para a hegemonia das classes dominantes, ainda que seja atraente, para países como o Brasil, a existência de experiências que combinam desenvolvimento econômico e social. As propostas no campo social concebem a expansão do bem-estar pela via do consumo, por intermédio de medidas paliativas de combate à pobreza que desmobilizam as lutas sociais e socializam uma estratégia que representa o interesse apenas das classes dominantes.

Em outros termos, mantêm-se os ditames de uma economia de mercado, baseados na livre iniciativa e concorrência, ocupando-se o ente estatal de criar o “cenário” ideal para a manutenção e aumento da acumulação de capital. Todavia, afasta-se do neoliberalismo à medida que o Estado desenvolve medidas concretas para elevar o padrão de consumo da classe trabalhadora, gerando o mito da “nova classe média”,¹² bem como propicia um acesso “maior” aos direitos sociais, por meio dos programas governamentais (Programa Bolsa Família, Programa Universidade Para Todos (ProUni), Programa Mais Médicos, Programa Minha Casa Minha Vida etc.).

Pereira (2012) afirma que o governo Lula frustrou as expectativas das esquerdas, optando pela continuidade das políticas neoliberais, não tendo efetivado políticas sociais significativas em seu

12 Passou-se a afirmar no Brasil que a parcela da classe trabalhadora brasileira, antes destituída da oportunidade do consumo, ascendeu ao que chamam “nova classe média”. No entanto, conforme Pochmann (2014, p. 71), “[...] parcela importante da classe trabalhadora foi incorporada no consumo de bens duráveis [...] Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento da classe média”.

primeiro mandato. No segundo mandato, a estratégia neodesenvolvimentista conquistou avanços sociais e melhorou as condições de vida de muitos brasileiros, ao mesmo tempo em que “melhorou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país”. (PEREIRA, 2012, p. 746).

Nesse estágio, parece válido indagar: o neodesenvolvimentismo é um projeto político conservador, compreendendo o conservadorismo como posição política de manutenção da ordem econômica, política e institucional?

Essa pergunta esconde a complexidade da sua discussão. O neodesenvolvimentismo carrega consigo a contradição que marca o seu processo político desde a gênese: uma pretensa “aliança de classes”, cuja repercussão se estendia à esfera político-parlamentar, de modo a imprimir governabilidade ao Executivo federal. Mantendo os pilares de uma economia de mercado capitalista, sem tocar de modo significativo em qualquer aspecto infraestrutural, o neodesenvolvimentismo buscava casar a acumulação de capital com uma intervenção maior do Estado na garantia dos direitos sociais.

Há uma convergência teórica no sentido de que os pilares da economia de mercado são integralmente mantidos nos governos Lula e Dilma, a par de existir uma maior distribuição de renda e um avanço das políticas públicas na defesa e implementação dos direitos sociais. O que torna mais complexa a análise é que o caráter progressista tímido do neodesenvolvimentismo, mesmo que constitua uma etapa avançada ao neoliberalismo implantado no Brasil no governo Fernando Henrique, não pretende de modo algum o rompimento com a ordem capitalista vigente.

Pelo contrário, ao que parece, nenhuma plataforma política na história recente do Brasil desenvolveu o capitalismo com um viés “social” de forma tão acurada como os governos Lula e Dilma. O período neodesenvolvimentista, compreendido durante os governos Lula e Dilma, conseguiu avançar em alguns aspectos no que se refere aos direitos sociais, sem, contudo, ferir a ordem do capital.

O cenário político brasileiro, na primeira metade do ano de 2016, tornou nítido os contornos de mudança que se desenhavam com

maior intensidade desde a reeleição da presidenta Dilma, em 2014. Ao final do último processo eleitoral, a recondução da presidenta foi marcada por protestos, bem como a não aceitação do resultado tanto por setores da sociedade como pelo partido derrotado, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o qual solicitou inclusive que o pleito fosse auditado.

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, aberto em dezembro de 2015, culminando no seu afastamento em 2016, indica o possível esgotamento do projeto político neodesenvolvimentista que se iniciou no governo do presidente Lula (2003-2011). Ao examinar essa fase de possível encerramento do neodesenvolvimentismo, é possível identificar a ascensão do conservadorismo nas suas diversas vertentes, com suporte dos respectivos setores da sociedade brasileira, possuindo ainda representatividade política legislativa no âmbito federal.

A ascensão do conservadorismo teve como marco inicial as Manifestações de Junho de 2013, sendo que a queda da presidenta foi reflexo de alguns fatores, dentre eles: a) intensificação da crise econômica; b) a perda da base política de sustentação do governo no Congresso Nacional; c) vinculação do Partido dos Trabalhadores (PT) ao processo judicial que investiga crime de corrupção, conhecido como “Operação Lava-Jato”. As Manifestações de Junho de 2013, que foram iniciadas a partir da mobilização organizada do Movimento Passe Livre em São Paulo contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, desencadearam o surgimento de outras pautas convocadas por meio de redes sociais na internet. As principais delas foram críticas ao sistema político brasileiro e à corrupção, levadas a cabo por movimentos como o “Vem Para a Rua” e “Movimento Brasil Livre”.

No cotidiano, as discussões sobre direitos sociais passaram a se efetivar em torno de temáticas polêmicas como: *kit gay*, casamento *gay*, feminismo, aborto, legalização da maconha, redução da maioria penal, destruição da família, comunismo, cotas raciais, programas de transferência de renda, reforma da previdência. O avanço da legitimação de pautas conservadoras e reacionárias,

principalmente pelo que vem sendo chamada de bancada do boi, da bíblia e da bala (bancada BBB),¹³ representa, na atualidade, forte ameaça aos direitos sociais coletivamente conquistados.

Não obstante alguns setores da esquerda brasileira negarem a existência de um “onda conservadora”,¹⁴ como Vladimir Safatle (2015), para quem se trata apenas da inexistência e fragmentação da estratégia da esquerda, tal argumentação parece estar na contramão dos fatos recentes, que evidenciam o fortalecimento de algumas “categorias” presentes no conservadorismo brasileiro atual, como: a) Militarista: aquela denominada “bancada da bala”, que comanda a crítica aos direitos humanos, defende a volta da ditadura militar, e tem como seu maior representante o presidente eleito Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal); b) Evangélica: leva para o espaço público aquilo que considera valores sagrados, a exemplo da família, e faz críticas a pautas de reconhecimento (LGBT, mulher etc.), e tem como exemplo de representante o deputado Marco Feliciano (Partido Social Cristão); c) Liberal: aqueles que fazem a defesa do livre-mercado e criticam os programas sociais, a exemplo do empresário cearense e senador Tasso Jereissati (Partido da Social Democracia Brasileira), que em 2016 votou a favor da Proposta de Emenda à Constituição do Teto dos Gastos Públicos (PEC 55/2016) e, em 2017, foi favorável à reforma trabalhista.

Tal categorização não pode ser pensada de forma rígida, ao passo que os seus elementos podem influenciar-se mutuamente, sendo que o antipetismo (no plano político) e a defesa do capitalismo (no plano econômico) são fatores de ligação. O modo de produção capitalista, na qualidade de base material, é o denominador comum de um amplo espectro da ideologia conservadora, cuja gradiente se

13 Monteiro (2016) mostra que as bancadas ruralista, militarista e evangélica estavam empenhadas na derrubada de Dilma. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762237-bancada-bbb-do-boi-bilbia-e-bala-engrossa-derrota-de-dilma-na-camara.shtml>>. Acesso em: 14/11/2016.

14 Termo usado pioneiramente por Guilherme Boulos (2016), em artigo inicialmente publicado na *Folha de S. Paulo* após o primeiro turno das eleições de 2014. A terminologia deu título ao livro recentemente organizado por Demier e Hoeveler (2016).

manifesta quando do exame de pautas de reconhecimento ou visões sobre temas políticos.

No que tange ao conservadorismo, em sua mais ampla expressão de manutenção da ordem capitalista, o governo interino de Michel Temer, logo de início, já apontou reformas no âmbito dos direitos sociais. Logo após sua posse, cortou nove ministérios, reduzindo o número total de 32 para 23. Dentre as pastas extintas, destacaram-se os ministérios da Cultura, das Comunicações; do Desenvolvimento Agrário; e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

A proposta de Emenda Constitucional para instituição de um novo regime fiscal não se abstém de propor os cortes nas políticas públicas:

Nos últimos anos, aumentaram-se gastos presentes e futuros, em diversas políticas públicas, sem levar em conta as restrições naturais impostas pela capacidade de crescimento da economia, ou seja, pelo crescimento da receita. É fundamental para o equilíbrio macroeconômico que a despesa pública seja gerida numa perspectiva global. (BRASIL, 2016).¹⁵

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou a afirmar que o problema da despesa pública brasileira é proveniente dos gastos obrigatórios definidos na Constituição de 1988, como a garantia da Educação e da Saúde. No âmbito da Previdência, ele acredita que essa política também deve ser objeto de mudança constitucional. Segundo ele, “ou alteramos a Constituição, como está sendo proposto, ou os gastos públicos no Brasil vão continuar a aumentar”.¹⁶

15 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5B6A6D7229FB322CEC37102D2911B59B.proposicoesWeb2?-codteor=1468431&filename=PEC+241/2016>. Acesso em: 18/07/2016.

16 Entrevista concedida ao Globo News, em 21/06/2016. Disponível em: “Ou alteramos a Constituição, como está sendo proposto, ou os gastos públicos no Brasil vão continuar a aumentar?”. Acesso em: 17/07/2016.

A medida provisória que alterou a organização da Presidência da República e dos Ministérios (MP nº 726/2016)¹⁷ dividiu o Ministério da Previdência Social em dois, sendo que foi criada a Secretaria Nacional de Previdência no Ministério da Fazenda, tendo como missão cuidar das finanças e realizar um ajuste fiscal, que terá rebatimentos para os segurados da Previdência. A proposta de Reforma da Previdência (PEC nº 287/2016) tem sido uma das maiores ofensivas à classe trabalhadora, sobretudo às mulheres. Caso a proposta seja aprovada, seja homem ou mulher, o trabalhador deverá contribuir por no mínimo 25 anos e ter 65 anos de idade para ter acesso à aposentadoria, que só será integral caso se contribua por 49 anos.

De Junho de 2013 ao Golpe de 2016, observou-se uma escalada do conservadorismo, culminando na eleição do projeto político neofascista neoliberal de Jair Bolsonaro. Houve um desgaste político do Partido dos Trabalhadores (PT), em virtude de ter sido associado à corrupção pela grande mídia, bem como pelas ações orquestradas pelo juiz (hoje Ministro) Sérgio Moro na Operação Lava Jato. Bolsonaro conseguiu captar a indignação gerada pela desestabilização proposital que sofreu Dilma, sendo alçado ao poder a par do discurso extremista em diversas pautas. Diante desse quadro, inúmeros são os desafios que se colocam aos trabalhadores, sindicatos, movimentos sociais e população como um todo. Dentre eles, a luta pela revogação de medidas reacionárias e a reafirmação dos direitos sociais conquistados constitucionalmente.

As repercussões do quadro político brasileiro para o Serviço Social contemporâneo

É inconteste que tanto a instauração do neodesenvolvimentismo quanto seu esgotamento tiveram repercussões no trabalho profissional de assistentes sociais. Esse dado empírico se comprova, sobretudo, ao se observar o campo das políticas sociais, maior espaço de atuação dos assistentes sociais brasileiros. As políticas sociais são definidas a partir da direção societária que o governo deseja imprimir em seu

17 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm>. Acesso em: 18/07/2016.

mandato, permeadas pelas relações políticas, econômicas e sociais que interferem no poder decisório.

Observando, de forma imediata, o trabalho profissional do assistente social no período em que perdurou o neodesenvolvimentismo, identifica-se que as principais diretrizes sobre as quais os assistentes sociais atuam na contemporaneidade são provenientes de medidas adotadas a partir do projeto neodesenvolvimentista. No que se refere às propostas educacionais implantadas nos últimos governos, a profissão teve seu quadro profundamente modificado quando da formação de assistentes sociais através de cursos a distância. O desemprego tem sido outra marca, nesse período, ainda que tenha havido uma ampliação dos postos de trabalho, dado o grande número de profissionais no dito mercado de trabalho (o que causa, consequentemente, a rivalidade profissional).

O quadro das políticas sociais brasileiras no período neodesenvolvimentista apresentou elementos de precarização dos serviços públicos, focalização nas situações de pobreza extrema, descentralização político-administrativa da gestão, privatização de setores públicos, ação de empresas com o discurso da responsabilidade social, e do terceiro setor, num processo de refilantropização da política pública. Contraditoriamente, tal quadro foi ainda mais agravado com o esgotamento do neodesenvolvimentismo. Para os assistentes sociais, ainda que algumas daquelas ações tenham representado aumento dos postos de trabalho no campo das políticas sociais, a maioria deles se configura em espaços precarizados e sem garantias trabalhistas.

Mota e Amaral (2014) afirmam que o Serviço Social não ficou imune às tendências da ofensiva das classes dominantes tendo, a todo o momento, que repensar as suas estratégias de enfrentamento das problemáticas emergentes, nos planos do exercício, da formação, regulação, produção de conhecimentos e lutas sociais. Muitos assistentes sociais (assim como os gestores das políticas sociais e mesmo a esquerda) nesses espaços, mesmo sofrendo as repercussões dessas configurações, contraditoriamente passam a fazer a defesa de pautas como economia solidária, empoderamento, empreendedorismo, políticas de combate à fome e à miséria, e de geração de emprego e renda,

democratização da sociedade civil, responsabilidade ambiental e empresarial. Conforme Mota e Amaral (2014):

Aqui, novos conceitos e termos passam a ser incorporados à cultura profissional e acadêmica para responder às problemáticas sociais emergentes, constituindo-se em supostas ‘teorias setoriais’ portadoras de capacidade heurística, das quais são exemplares as referências aos conceitos de família, ‘resiliência’, empoderamento, empreendedorismo, acolhimento social, qualidade de vida, dentre outros. (MOTA; AMARAL, 2014, p. 31).

São expressões e ações que soam bem, mas não modificam fundamentalmente as bases da realidade. É importante lembrar que apesar das (tímidas) conquistas no âmbito dos direitos sociais, o neodesenvolvimentismo sempre esteve integrado ao projeto de desenvolvimento capitalista.

Além de fazer a defesa de pautas imobilizadas, muitos assistentes sociais têm se deparado com situações no mínimo problemáticas para se pensar o significado social da profissão. No campo estritamente prático profissional, o Serviço Social tem sido cobrado a responder prioritariamente as demandas institucionais, em detrimento das demandas reais dos usuários, ainda de forma rotineira e burocrática. Por vezes, não tem oportunidade de escolher, sequer, os instrumentais que irá utilizar para realização da sua intervenção. Em alguns espaços de trabalho, ainda que estejam previstos parâmetros e subsídios para atuação dos assistentes sociais (como é o caso das políticas de saúde, assistência social e educação), o profissional é chamado a atender outras questões que nem mesmo são de sua competência.

O cotidiano profissional parece estar marcado pela repetição, superficialidade e aligeiramento, a partir das demandas institucionais, que, por vezes, são respondidas pela utilização de instruções manualescas, como fins em si mesmas. As rotinas profissionais costumam ser esgotantes, burocráticas e tecnicistas. Quanto aos espaços físicos, a maioria dos profissionais têm se deparado com a escassez de recursos, o que dificulta o atendimento das demandas de forma ética, sigilosa e qualificada.

Forti e Guerra (2013) afirmam que, por vezes, a sintonia entre o senso comum e a ação tem sido suficiente para a atuação do assistente social, sobretudo quando as situações lhe exigem soluções imediatas. Contudo, o profissional possui responsabilidade e possibilidade (ainda que no âmbito de uma autonomia relativa) de imprimir sentido às suas ações por meio de sustentação teórica, política e ética.

O crescimento do ensino a distância e a flexibilidade da formação são outros dos graves problemas que o Serviço Social vem enfrentando na atualidade. O governo neodesenvolvimentista, alegando a democratização da educação, permitiu a disseminação de cursos aligeirados e desqualificados, por um lado, e fomentou o crescimento da iniciativa privada, de outro. Os prejuízos na formação profissional, incluindo a precarização do estágio supervisionado, ameaça a caracterização do que é próprio ao Serviço Social e coloca em risco a hegemonia do projeto ético-político profissional.

É disseminado, entre os profissionais, o legado da individualização e da concorrência, sendo que os postos de trabalho que ofertam o mínimo de estabilidade são competitivamente disputados. Esta configuração também se apresenta no âmbito da academia, na medida em que é acirrada a disputa por mais produções, em revistas com melhor conceito “Qualis”,¹⁸ sem, contudo, uma preocupação comparável com a qualidade das publicações.

Este quadro se agrava ainda mais diante das contradições geradas pela conjuntura contemporânea, que contempla, conforme Demier (2016, p. 10), “o direito político e o conservadorismo comportamental”. O forte reacionarismo, associado ao corte de recursos para as áreas sociais, a intolerância às diferenças e a incitação ao ódio, são expressões cotidianas que apresentam desafios ao Serviço Social como profissão que trabalha na perspectiva da garantia de direitos e construção de uma sociabilidade sem opressões.

18 Sistema de avaliação de periódicos administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 14/11/2016.

Com a ascensão do conservadorismo, o Serviço Social se vê chamado a responder às múltiplas ausências e questionamentos que a população usuária das políticas sociais coloca diante das ameaças aos direitos sociais conquistados. A organização política da categoria tem se revelado como uma possibilidade de conhecimento e resistência, que ousa intervir para contribuir com a transformação da realidade.

Considerações finais

Até as últimas eleições, o neodesenvolvimentismo permaneceu promovendo mudanças nas relações entre capital e trabalho, dentro dos limites do sistema. A ampliação do acesso ao consumo foi, decerto, uma das principais características dessa política de governo. O segmento mais empobrecido da classe trabalhadora, por meio das políticas de transferência de renda e da facilidade na obtenção de crédito, teria logrado o status intermediário de “classe média”, podendo adquirir produtos e ocupar espaços antes inacessíveis à maioria da população. Contudo, o neodesenvolvimentismo se formou pautado em uma ideologia que serviu à manutenção da ordem capitalista vigente, por intermédio de intervenções políticas que não mudaram as bases de acumulação capitalista.

Principalmente após a reeleição da presidenta Dilma em 2014, o projeto neodesenvolvimentista entrou em processo de esgotamento, concomitante ao fortalecimento de um pensamento conservador reacionário que vem ganhando espaço nas ruas (articulado pela grande mídia, empresariado, determinados grupos religiosos etc.). Contraditório é que os principais atores dessa ofensiva conservadora mais reacionária não reconhecem que o neodesenvolvimentismo, ainda que ofertasse algumas concessões de cunho social, fazia a defesa dos interesses das classes dominantes e trabalhava pela manutenção das suas riquezas.

O Serviço Social, como profissão que atua diretamente no campo das políticas sociais, sofre repercussões diretas das diretrizes executadas no âmbito do Executivo federal. Na atualidade, os assistentes sociais vivenciam um contraditório movimento ora em defesa de direitos sociais

conquistados ora em questionamento da própria realidade da profissão, expressa por precárias condições de trabalho. Desafios se colocam, ainda, na medida em que os profissionais são chamados a materializar as requisições institucionais, que, por vezes, vão de encontro aos interesses da população usuária dos serviços públicos, em geral oprimidos. Para que seja possível manter a hegemonia crítica, no interior da profissão diante do atual quadro político, uma coisa é certa: não podemos nos abster de participar da luta política, de criar estratégias de enfrentamento e resistência nos múltiplos campos de intervenção e de produzir conhecimento com vistas à transformação social.

Artigo submetido em 12/02/2018
Aceito para publicação em 24/05/2018

Referências

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOITO JR. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: Fórum Econômico da FGV, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10/10/2016.

BOULOS, G. A onda conservadora. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5B6A6D7229FB322CEC37102D2911B59B.proposicoesWeb2?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016>. Acesso em: 18/07/2016.

BRAZ, M. A. A hegemonia em xeque: Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Inscrita**, n. 10, CFess, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de**

hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

DEMIER, F.; HOEVELER, R. **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMIER, F. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: DEMIER, F. HOEVELER, R. **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HOBBSBAWN, Eric. J. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MATTEI, L. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 4, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Keynesiana Brasileira, 2011. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>>. Acesso em: 10/10/2016.

MONTEIRO, A. Boi, Bíblia e Bala: 'bancada BBB' engrossa derrota de Dilma na Câmara. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762237-bancada-bbb-do-boi-bilbia-e-bala-engrossa-derrota-de-dilma-na-camara.shtml>>. Acesso em: 14/11/2016.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A. E., AMARAL, A (Org.) **Serviço Social brasileiro nos anos 2000:** cenários, peijas e desafios. Recife: UFPE, 2014.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Revista Social & Sociedade**, n. 112, p. 611-612, 2012.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SAFATLE, V. A falsa onda conservadora. **Folha de S. Paulo**. 25/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1722920-a-falsa-onda-conservadora.shtml>>. Acesso em: 12/07/2016.

SAMPAIO JR. P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 672-688, out.-dez./2012.